TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AUDITORIA

PARECER	:	PAR-AUDITORIA-7350/2013
PROCESSO TC/MS	:	TC/05219/2012
PROTOCOLO	:	1294838
ORIGEM	:	MUNICÍPIO DE TACURU – MS
ÓRGÃO	:	FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE TACURU
RESPONSÁVEL	:	CLAUDIO ROCHA BARCELOS
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - 2011
RELATOR	:	RONALDO CHADID

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº. TC/05219/2012, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE TACURU – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, de responsabilidade do Prefeito Municipal, **CLAUDIO ROCHA BARCELOS**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº. 160, de 02 de janeiro de 2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº. 35, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterado pela Instrução Normativa nº. 36, de 06 de junho de 2012.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da **Portaria TC/MS nº. 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14** da LCE nº. 160/2012.

3 – Examinados os autos do processo se constata que a digna Inspetoria de Controle Externo constatou na fase inicial do exame

IRREGULARIDADES, as quais foram notificadas ao Gestor visando o cumprimento do princípio do contraditório e ampla defesa, que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, sendo que este **deixou o prazo transcorrer em branco** sem apresentar justificativas e documentos à respeito das **IRREGULARIDADES** diligenciadas, razão pela qual foi decretada a sua **revelia** nos termos do Decreto de Revelia acostado à peça nº. 25.

4 – Posto isto, a Ilustre Inspetoria de Controle Externo reexaminou os autos do processo e exarou a Análise Conclusiva ANC-5ICE-7034/2013 acostada à peça nº. 26 e ratificou as **IRREGULARIDADES** detectadas na Análise Processual ANP-5ICE-3269/2012 acostada à peça nº. 20, como segue:

> **4.1 –** "... *sugeriu-se a notificação do Ordenador de Despesas para que procedesse à correção das falhas detectadas, bem como encaminhasse novos documentos, a fim de complementar a instrução do feito, senão vejamos:*
>
> ***1–****Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;*
>
> ***2–****Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno sobre as contas;*
>
> ***3–****Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;*

4–*Documento comprobatório da publicação dos balanços;*

5–*Anexos 2, 6, 7, 8, da Lei Federal n° 4.320/64;*

6–*Extratos e conciliação bancária do mês de dezembro;*

7–*Demonstrativo de Abertura de Créditos Adicionais, conforme Subanexo LVI, juntamente com as cópias dos decretos que autorizam a abertura dos referidos créditos adicionais do próprio Fundo e de outras unidades orçamentárias;*

8–*Cópia do Parecer emitido pelo Conselho Municipal assinado por todos os membros, sobre as Contas do exercício, bem como o ato legal que nomeou seus membros, se houver, na forma estabelecida em Lei".*

5 – Em face do exposto, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

"... entendemos que a presente Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Investimento Social de Tacuru, referente ao exercício financeiro de 2.011, guarda consonância com o estabelecido nos arts. 101 a 106, da Lei Federal n° 4.320/64, entretanto, deixou-se de observar o disposto no art. 48, da Lei Complementar n° 101/2000 e de encaminhar os documentos exigidos na Instrução Normativa TC/MS n°. 35/2011".

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Antes de adentrar no mérito do exame da avaliação destas Contas é necessário considerar neste Parecer, as **IRREGULARIDADES** trazidas à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo transcritas no **subitem 4.1** do **item 4** do **PREÂMBULO** deste Parecer, as quais esta Auditoria as **ratifica**, no todo, tendo em vista a revelia do Ordenador de Despesas e a incorrência de infrações previstas no **inciso IV** e **V** do **art. 42** da LCE nº. 160/2012.

7 – Dando prosseguimento ao exame desta Prestação de Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado na sua avaliação o seguinte:

7.1 – CALENDÁRIO DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1 – A Prestação de Contas Anuais de Gestão foi remetida **TEMPESTIVAMENTE** a este Tribunal, conforme se constata na peça nº. 2 (Recibo de Protocolo Definitivo), atendendo o disposto na **letra "A"** do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II** do **Anexo I** que trata da Administração Indireta – Autarquias, Fundações e Fundos, da Instrução Normativa nº. 35, de 14 de dezembro de 2011.

7.2 – INSTRUÇÃO PROCESSUAL

7.2.1 – De acordo com o processo a Prestação de Contas Anuais de Gestão **não** está instruída das peças exigidas na **letra "B"**

do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II** do **Anexo I** que trata da Administração Indireta – Autarquias, Fundações e Fundos, da Instrução Normativa nº. 35, de 14 de dezembro de 2011, em função da **não** remessa das peças exigidas na **letra B.2**, **B.3**, **B.4**, **B.6**, **B.11**, **B.21**, **B.22** e **B.23** da seção supracitada, conforme constatado pela digna Inspetoria de Controle Externo e mencionado no **subitem 4.1** do **item 4** deste Parecer, incorrendo em infrações previstas nos **incisos IV** e **V** do **art. 42** da LCE nº. 160/2012.

7.3 – CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

7.3.1 – De acordo com a Análise Conclusiva ANC-5ICE-7034/2013 acostada à peça nº. 26, a Lei Municipal nº. 884/2010 - LOA autorizou para o Fundo, créditos orçamentários na ordem de R$ 150.000,00.

7.3.2 – No exercício foram abertos créditos adicionais alterando o Orçamento do Fundo para R$ 81.000,00, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado da peça nº. 8.

7.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

7.4.1 – De acordo com o Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado na peça nº. 7 foi previsto para o Fundo receita própria na ordem de R$ 150.000,00 e arrecadada R$ 129.689,58, cuja previsão e realização deram-se de forma

classificatória com o disposto na Lei Federal nº. 4.320/1964, bem como com a Portaria Interministerial nº. 163/2001 do MF e MPOG.

7.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.5.1 – Do total da despesa autorizada no montante de R$ 81.000,00 o Fundo executou empenhos de despesas na ordem de R$ 69.436,00, que pelo visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado na peça nº 8 sua fixação e realização deram-se de forma classificatória com o disposto na Lei Federal nº. 4.320/1964, bem como com a Portaria nº. 42/1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº. 163/2001 do MF e MPOG.

7.6 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

7.6.1 – O Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado na peça nº. 10 revela que o Fundo não recebeu Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, todavia, não se pôde verificar se suas disponibilidades foram movimentadas e depositadas em instituições financeiras oficiais conforme disposto no **§ 3º** do **art. 164** da Constituição Federal, pela **não** remessa da peça exigida na **letra B.21** – "Extrato e conciliação bancária do mês de dezembro" do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II** do **Anexo I** da Instrução Normativa nº. 35, de 14 de dezembro de 2011 que trata do Manual de Remessas de Informações, incorrendo assim em infração prevista no **inciso IV** do **art. 42** da LCE nº. 160/2012.

7.7 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

7.7.1 – Conforme revela o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado na peça nº. 11, as contas do Fundo apresenta **Superavit** de R$ 59.851,60, apurado pela diferença entre a disponibilidade financeira e o Passivo Financeiro, atendendo o disposto no **§ 1°** do **art. 1º** da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 – LRF, sendo que no exercício foi apurado **Superavit** na ordem de R$ 60.253,58.

7.7.2 – Conforme disposto no ***caput*** do **art. 48** da LCF nº. 101/2000 – LRF, a transparência e a publicidade da Prestação de Contas Anuais de Gestão, **não** foram asseguradas mediante a não remessa do documento comprobatório da publicação dos Balanços exigidos, incorrendo assim em infração prevista no **inciso V** do **art. 42** da LCE nº. 160/2012.

7.8 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.8.1 – O Anexo 12 - Balanço Orçamentário acostado à peça nº. 9, o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº. 10; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº. 11 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostada à peça nº. 12 estão apresentados de acordo com os **arts. 102** a **105** da Lei Federal nº. 4.320/1964, existindo consistência dentre os seus valores contábeis, pois se constatou no exame que **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR** nos seus respectivos registros.

8 – AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o **art. 21** do Provimento da Corregedoria TCEMS nº. 01/1999 e pelo Sistema de Controle Interno, na forma que dispõe o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

9 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta do processo ficou constatado que o Gestor ao apresentar sua gestão pública representada nesta Prestação de Contas Anuais de Gestão **em desacordo com a vigente ordem constitucional e legal**, conforme visto nos **subitens 7.2.1**, **7.6.1** e **7.7.2** do **item 7** da **PARTE II - EXAME DE AUDITORIA** deste Parecer, razões pelas quais esta Auditoria **opina:**

9.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso III** do **art. 59** ambos da LCE nº. 160/2012, julgue e considere **IRREGULAR** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE TACURU – MS** inerente ao exercício financeiro de **2011**, de responsabilidade do Prefeito Municipal, **CLAUDIO ROCHA BARCELOS**.

10 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

É o parecer.

Campo Grande, 25 de junho de 2013.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

fmm